



CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI

EM: 24 JAN. 2018

PROTOCOLO Nº

MUNICIPIO DE GUARAPARI  
ESTADO DO ESPIRITO SANTO  
GABINETE DO PREFEITO

0169 *Democrazia*

Guarapari – ES., 19 de janeiro de 2018.

OF. GAB. CMG Nº. 011/2018

Ao Excelentíssimo Senhor  
Vereador **WENDEL SANT'ANA LIMA**  
MD. Presidente da Câmara Municipal de Guarapari – ES.

Sirvo-me do presente, para encaminhar a essa Colenda Edilidade a **MENSAGEM Nº. 009/2018**, que apõe veto ao Projeto de Lei Nº. 092/2017, de autoria do Vereador **ROGÉRIO MELLO ZANON ALVES**, constante do Processo Administrativo nº. 132/2018, que me foi encaminhado.

Atenciosamente,

**EDSON FIGUEIREDO MAGALHÃES**  
*Prefeito Municipal*



**MUNICIPIO DE GUARAPARI  
ESTADO DO ESPIRITO SANTO  
GABINETE DO PREFEITO**

Guarapari - ES, 19 de janeiro de 2018.



PROTOCOLO Nº  
0169 *José Moura*

MENSAGEM Nº. 0111/2018

Senhor Presidente e Nobres Vereadores,

Comunico à Mesa Diretora dessa ilustre Casa Legislativa que fazendo uso da competência que me é outorgada pela Lei Orgânica Municipal no artigo 67, § 1º combinado com o artigo 88, II, **VETEI TOTALMENTE** o Projeto de Lei Ordinária Nº. 092/2017, de autoria do Conspicuo VEREADOR ROGÉRIO MELLO ZANON ALVES, constante do caderno processual administrativo nº. 132/2018.

Importante destacar que o Art. 58 da Lei Orgânica, traz de forma expressa o rol de competência privativa do Chefe do Poder Executivo, a qual deve ser observada pelo Egrégio Parlamento, senão vejamos:

**Art. 58 – São de iniciativa privativa do Prefeito, as Leis que dispõem sobre:**

**I – organização administrativa do Poder Executivo, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração;**

**II – o regime jurídico único dos servidores, criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, ou aumento de sua remuneração, vantagens, estabilidade e aposentadoria;**

**III – fixação ou modificação do efetivo da guarda municipal;**

**IV – criação, estruturação e atribuição das Secretarias Municipais e Órgãos do Poder Executivo.**

O processo administrativo foi submetido à Douta Procuradoria Geral do Município que, por sua vez, manifestou pelo veto ao Projeto de Lei Nº. 092/2017, conforme razões anexas, a qual acolhemos na integralidade a recomendação jurídica como fundamento para o veto total.

Muito embora se verifique a preocupação do Nobre Edil em estabelecer ações procedimentais concernentes a modalidade de licitação denominada Pregão, mas a matéria não é revestida de poder concorrente.

Tanto é assim, que já existe no ordenamento jurídico a Lei Federal Nº. 10.520/2012, cognominada "Lei do Pregão", que, por sua vez, norteia a matéria em todas as esferas administrativas do Poder Público, qual seja da União, dos Estados e, por derradeiro, dos Municípios.

Insta consignar que, ainda que não existisse legislação regulando a matéria, a invasão de competência se caracteriza no bojo da proposta, não cabendo ao Nobre Edil tal iniciativa, conforme preceito do Inciso I do Art. 58 da lei Orgânica Municipal.

Assim, há vício insanável a macular a proposição não podendo ser sancionada, diante de tal irregularidade.

Atenciosamente,

**EDSON FIGUEIREDO MAGALHÃES**  
Prefeito Municipal

Ao Excelentíssimo Senhor  
Vereador WENDEL SANT'ANA LIMA  
MD. Presidente da Câmara Municipal de Guarapari – ES.



MUNICÍPIO DE GUARAPARI  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI

EM: 24 JAN. 2018

PROTOCOLO Nº

0169 *Desmoura*

## MANIFESTAÇÃO/ORIENTAÇÃO

Requerente: CAMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI

Assunto: PROJETO DE LEI N. 092/2017 – PROCESSO N. 132/2018

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Foram endereçados à PGM diversos ofícios datados de 21 de dezembro de 2017, encaminhados pela CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI para sanção ou veto de Projetos de Lei, todos APROVADOS NA 017ª Sessão Ordinária.

Inicialmente insta frisar a complexidade e atenção que importa a análise de projetos de lei, de modo que se deve compreender adequadamente sua natureza e determinar as matérias nele envolvidos para que seja concedido ao Chefe do Executivo orientação adequada e pertinente para a sanção ou veto.

## RELATÓRIO E ANÁLISE

Foi enviado a esta Procuradoria **OFÍCIO CMG-GPP N°796/2017** encaminhado pela CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI para análise do Projeto de Lei n. 092/2017, APROVADO NA 017ª Sessão Ordinária.

O referido Projeto de Lei **regulamenta a modalidade de licitação denominada pregão, para a aquisição de bens e serviços comuns, no âmbito municipal e dá outras providências.**

Desta forma, foi solicitada manifestação e orientação da Douta Procuradoria Geral do Município, conforme R. Despacho de fls. 08.

É o relatório.



MUNICÍPIO DE GUARAPARI  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI  
EM: 24 JAN 2018  
PROTOCOLO Nº  
0169 J.B. Moraes

#### A) DELIMITAÇÃO DA ANÁLISE

Inicialmente, registre-se que a análise desta Procuradoria se restringe ao caráter jurídico do presente requerimento, não sendo considerados os aspectos técnicos ou econômicos do pleito, aspectos esses que se presumem apreciados pelos órgãos técnicos competentes para tanto (art. 38, parágrafo único, da Lei 8.666/93, em combinação com o art. 3º, inc. VII, da Lei Complementar Estadual nº 88/96).

#### B) ANÁLISE

A norma ora analisada está inserida na competência legislativa Municipal, vez que se trata de assunto de interesse local, em consonância com o art. 22 da Lei Orgânica deste Município de Guarapari.

Após análise do PL em questão, verifica-se que há vedação legal para o presente PL configurado no art. 58, I, da Lei Orgânica do Município.

**Art. 58 São de iniciativa Privativa do Prefeito, as Leis que disponham sobre:**

- I – Organização administrativa do Poder Executivo, matéria Tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração;**
- II – O regime jurídico único dos servidores, criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, ou aumento de sua remuneração, vantagens, estabilidade e aposentadoria;**
- III - fixação ou modificação do efetivo da guarda municipal;**
- IV – criação, estruturação, e atribuição das Secretarias Municipais e Órgãos do Poder Executivo.**



MUNICÍPIO DE GUARAPARI  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

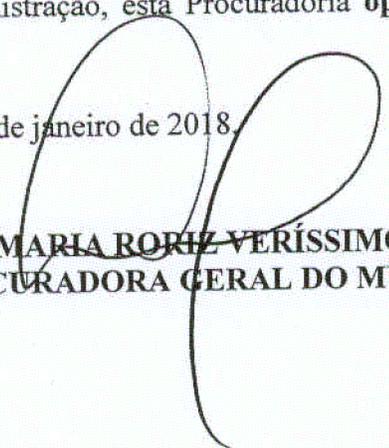
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI  
EM: 24 JAN. 2018  
05  
PROCOLO Nº  
0169 *Observação*

Além disto, já existe no ordenamento jurídico a Lei nº 10520/12 denominada Lei do Pregão que regula esta matéria em todas as esferas administrativas, Federal, Estadual e Municipal.

### CONCLUSÃO

Assim, levando-se em consideração as razões acima expostas, a conveniência e oportunidade da Administração, esta Procuradoria **opina pelo VETO ao presente projeto.**

Guarapari, 05 de janeiro de 2018.

  
LÚCIA MARIA RORIZ VERÍSSIMO PORTELA  
PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO